



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA
BAHIA
PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

**FOLHA DE
INFORMAÇÃO**

**Processo n°
80520948.000021/2026-
33**



REUNIÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Ata de Reunião

27 de abril de 2025

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às 9h30, na sala 311 do anexo II do Complexo do Tribunal de Justiça da Bahia, reuniram-se os integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) para tratar dos assuntos da respectiva Comissão, sob a presidência do Desembargador Rilton Góes Ribeiro. **1. Membros Presentes** Estiveram presentes, na modalidade presencial, o Desembargador Rilton Góes Ribeiro (Presidente), as Juízas de Direito Mabile Machado Borba, Marielza Maués Pinheiro Lima e Lívia de Melo Barbosa, e os servidores Jorge Medrado Júnior, Pedro Lucio Silva Vivas, João Eudes Alves Ferreira, Diva Maria de Jesus Roxinho, Leonice Santos Salgado, Bruno Bellas Prado, Larissa da Silva Smeraldi, Maria Salette Araújo, Daniel Campos Carneiro Mehlem, Maíra Dantas Fernandes e Alice Gabriela Cerqueira Cruz. Na modalidade online, participaram as Juízas de Direito Maria do Rosário Passos da Silva Calixto, Melissa Mayoral Pedroso Coelho Lukine Martins e Mariana Varjão Alves Evangelista, além dos servidores Rita de Cássia Casaes Araújo e José Romilson Mascarenhas. **2. Pontos de Pauta e Discussão** **2.1. Demandas de adequação no prédio:** Foram discutidos diversos pontos de melhoria na infraestrutura do Tribunal para garantir a acessibilidade, com foco nos seguintes itens técnicos: 2.1.1 Acesso ao elevador dos Desembargadores: Identificação de desnível que impede o acesso de pessoas em cadeiras de rodas à Presidência através do estacionamento dos desembargadores; 2.1.2 Portas Automáticas: Sugestão de implementação de projeto piloto em áreas de grande circulação (Presidência, Câmaras, Pleno) para conferir maior autonomia aos usuários; 2.1.3 Desnível na entrada: Necessidade de correção técnica no solo na entrada principal para facilitar o acesso de pessoas em cadeiras de rodas automatizadas; 2.1.4 Barras nos banheiros: Relatada a ausência de barras internas nas portas dos banheiros do anexo II do prédio sede do TJBA, o que dificulta o fechamento. 2.1.5 Vagas Especiais: Proposta de criação de vagas exclusivas de estacionamento no Fórum Rui Barbosa, localizadas nas proximidades da entrada dos fundos, entre o prédio sede do fórum e o anexo I, na divisa com o Fórum das

Famílias, mediante estudo de viabilidade da engenharia. **2.2. 35 Anos da Lei de Cotas:** Tratou-se da organização de um evento em parceria para celebrar a data no dia 24 de julho, mantendo o formato realizado no ano anterior. **2.3. Política de Combate à Discriminação contra PCD:** Discussão sobre a elaboração de uma política institucional contra discriminação à pessoa com deficiência, atendendo a recomendações de auditoria, com possível colaboração da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP) e da Comissão Permanente de Igualdade, Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos (CIDI). **2.4. Representação no Fórum de Combate à Discriminação da Bahia:** Indicação da Juíza Maria do Rosário Calixto para atuar como representante titular da Comissão neste fórum interinstitucional. **2.5. Programação de Cursos:** Foi apresentada a programação de cursos para o exercício 2026. Houve uma discussão específica sobre o curso de acessibilidade digital, na qual se destacou a urgência de capacitação técnica para as equipes de TI e SECOM, visando sanar fragilidades apontadas em auditoria e superar a dificuldade de encontrar profissionais especializados no mercado para ministrar esse treinamento. **3. O Que Ocorrer** **3.1. Moderação em Eventos:** Sugestão de que as mesas de debates em eventos promovidos pela Comissão contem com moderadores para assegurar o foco nos temas técnicos e a manutenção de um ambiente produtivo e acolhedor, seguindo resolução do CNJ sobre linguagem simples em especial nas autodescrições. **3.2. Abertura da Semana da Pessoa com Deficiência:** Ajuste na programação cultural de abertura devido a restrições orçamentárias; a Comissão avaliará alternativas de apresentações teatrais ou artísticas. **4. Deliberações** **4.1.** Aprovado o encaminhamento de solicitações à engenharia para viabilizar tecnicamente as rampas, sanitários, portas automáticas e vagas de estacionamento discutidas. **4.2.** Aprovada a realização do evento comemorativo aos 35 anos da Lei de Cotas em 24/07/2026 em parceria com a APAE. **4.3.** Instituído Grupo de Trabalho (GT) para elaborar a proposta da política de combate à discriminação, com prazo de 30 dias para conclusão. O grupo será composto pelo Desembargador Rilton Góes Ribeiro, Pedro Lucio Silva Vivas, João Eudes Alves Ferreira e Leonice Santos Salgado. **4.4.** Confirmada a Juíza Maria do Rosário Calixto como representante titular no Fórum de Combate à Discriminação da Pessoa com Deficiência. **4.5.** Aprovada a programação de cursos apresentada para o exercício de 2026; Os membros poderão apresentar sugestões complementares para a grade de cursos até a próxima reunião. **4.6.** Próxima reunião ordinária mantida para a terceira segunda-feira do mês de maio dia 18 de maio de 2026, às 9:30. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente ata.



Documento assinado eletronicamente por **RILTON GOES RIBEIRO, Desembargador**, em 27/04/2026, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.tjba.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0852843** e o código CRC **AD9B3BC7**.

Referência: Processo nº 80520948.000021/2026-33

SEI nº 0852843